

Poesia e violência revolucionária no contexto da luta armada de libertação nacional angolana (1961-1974)

Jeferson Sousa Santos *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0464-6779>

Resumo: Assim como a maior parte das antigas colônias portuguesas em África, Angola obteve a sua independência após intensas lutas anticoloniais. O presente artigo visa estudar a literatura angolana durante o período de lutas de libertação nacional, em especial a chamada literatura revolucionária expressa principalmente na poesia, com forte influência do pensamento marxista. O estudo é do tipo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e propõe-se analisar, através de pesquisa bibliográfica, a presença da violência revolucionária, nas obras dos autores destacados no livro *Roteiro da literatura angolana*, de Carlos Ervedosa. Durante as lutas de libertação nacional, muitos autores engajaram-se no movimento revolucionário e trouxeram em seus escritos a violência como elemento estruturante de ruptura da ordem colonial e abertura de um horizonte emancipatório, onde todas as formas de opressão seriam subjugadas. Conclui-se que a literatura revolucionária, teve significativa importância na mobilização da população, na formação da identidade nacional angolana e nas lutas que ainda estavam por vir no pós-independência.

Palavras-chave: Angola; Lutas; Marxismo, Violência revolucionária

Poetry and revolutionary violence in the context of the Angolan armed struggle for national liberation (1961-1974)

Abstract: Like most of the former Portuguese colonies in Africa, Angola obtained its independence after intense anti-colonial struggles. This paper aims to study Angolan literature during the period of armed struggles for national independence, especially the so-called revolutionary literature, expressed mainly in poetry, with a strong influence of Marxist thought. The study is exploratory, descriptive, with a qualitative approach and proposes to analyze, through bibliographic research, the presence of revolutionary violence in the works of the authors highlighted in the book *Roteiro da literatura angolana*, by Carlos Ervedosa. During the national liberation struggles, many authors engaged in the revolutionary movement and brought in their writings the violence as a structuring element for breaking the colonial order and opening an emancipatory horizon, where all forms of oppression would be subdued. We conclude that revolutionary literature had significant importance in mobilizing the population, in the formation of Angolan national identity, and in the struggles that were still to come in the post-independence period.

Keywords: Angola; fights; Marxism, Revolutionary Violence

Introdução

O período compreendido entre o final dos anos de 1950 e a década de 1960, foi marcado por uma profunda efervescência política em Angola. O recrudescimento da ocupação colonial portuguesa, materializada no cerceamento da liberdade de expressão e na repressão brutal dos movimentos que buscavam a independência, culminou na

* Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil. E-mail: jeferson.santos@nova.educacao.ba.gov.br . Este artigo é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso realizado sob orientação do Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

eclosão das lutas de libertação nacional na colônia. Às fileiras dos grupos armados que lutavam por esse objetivo, ou como simpatizantes da causa, juntaram-se muitos escritores e as suas respectivas produções literárias não estavam alheias a esse movimento da história. Era a literatura revolucionária que tomava forma, buscando exaltar os feitos da luta armada essa batalha que opunha o colonizador, com sua opressão secular e o colonizado, em sua desesperada luta pela emancipação.

Nesse contexto, a literatura politicamente engajada, amplamente censurada e perseguida pelo aparato repressivo colonial tinha um essencial papel em exortar as massas a apoiar a revolução, denunciar de forma mais contundente a opressão colonial, buscando a formação de uma consciência emancipatória, e mostrar que a luta armada abriria caminho para um novo horizonte, um futuro onde as formas de opressão seriam suplantadas. Nessa produção, algo que não raro vem à tona é a noção da violência revolucionária e é a dimensão desse conceito na literatura angolana durante o processo de independência que será o foco da análise do artigo.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a violência revolucionária incorporada na produção literária, mais especificamente na poesia, no referido momento histórico, tendo como principal referencial teóricos escritos de Frantz Fanon sobre o tema. Associada a esse objetivo principal, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: i) estudar a importância social da literatura no período revolucionário em Angola; ii) analisar as influências do pensamento marxista na literatura angolana durante o período de luta armada de libertação nacional.

Entende-se, dessa maneira, que o estudo da literatura angolana sob o prisma da violência revolucionária, no contexto do movimento de libertação nacional, pode fornecer um insumo significativo para a compreensão daquele momento histórico de ruptura com a ordem colonial portuguesa. Tomando como base de análise do período, os autores e poemas destacados por Carlos Ervedosa em seu "*Roteiro da literatura angolana*", o presente trabalho partirá da seguinte questão de pesquisa: Quais fatores estão associados à incorporação da noção da violência revolucionária na produção literária angolana a partir dos anos de 1960?

A essa pergunta, colocam-se as seguintes hipóteses: a) essa incorporação se deu devido à prevalência das ideias do marxismo-leninismo presentes no principal movimento de massas das lutas de libertação nacional angolana, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); b) associada a primeira hipótese, temos a própria estrutura colonial portuguesa e sua política em relação aos povos autóctones, onde instituições como a

Casa dos Estudantes do Império (CEI), contraditoriamente proporcionaram que uma parcela da intelectualidade das colônias tivesse contato com as ideias marxistas que circulavam pela Europa do pós-guerra, ideias essas que tinham na luta anticolonial e na autodeterminação dos povos, valores essenciais.

O presente trabalho será do tipo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e analisará, a partir de pesquisa bibliográfica, os precedentes históricos dos movimentos armados em Angola, os estudos teóricos sobre a produção literária angolana do período estudado e a noção de violência revolucionária. De maneira a desenvolver as ideias que o artigo trará, o trabalho será estruturado da seguinte forma. Na primeira parte do artigo, haverá uma contextualização do processo histórico de dominação colonial portuguesa em Angola, da sucessão de eventos que culminaram na eclosão dos movimentos revolucionários no país e de que forma as múltiplas resistências foram se estruturando na literatura angolana perante a situação colonial. A seção seguinte discutirá sobre a violência revolucionária, principalmente a partir dos estudos do campo marxista, em especial a contribuição fanoniana sobre a relação colonizador *versus* colonizado. A última parte do artigo fará uma discussão dos resultados a partir dos autores destacados, trazendo, em seguida, as considerações finais e referências que nortearam o trabalho.

2 A literatura angolana perante o desafio colonial

2.1 Notas sobre o colonialismo em África

As últimas décadas do século XIX marcaram uma profunda mudança das relações entre os países da Europa e as diversas sociedades africanas. A gradual roedura do continente, baseada no estabelecimento de feitorias e postos avançados de comércio, deu lugar ao controle formal, dominação plena do continente, em todas as dimensões, sejam territorial, econômica, política ou cultural. O desenvolvimento do capitalismo que transitava de sua fase de acumulação primitiva para o consolidação do capitalismo industrial e suas exigências por mercados, mão de obra barata e matérias-primas, associado às teorias racistas que tinham grande eco na sociedade europeia da época criaram a tempestade perfeita para a dominação do continente africano, algo que era inevitável, porém resistível (RANGER, 2010, p.51).

Essas teorias hierarquizavam a partir da construção do conceito de raça, que punha as populações provenientes da Europa ocidental, num patamar de superioridade em relação aos povos de outros continentes “fomentando a justificativa da exploração e das desigualdades imperante no então recém-nascido modo de sociabilidade capitalista,

momento em que a realidade racial superou a igualdade cidadã do direito” (BARROS, 2019, p.32). Nkrumah (2018) coloca essa questão da clivagem racial ao afirmar que

Como em todas as regiões sob dominação colonial, trata-se, antes de tudo, de um problema racial. Os senhores são brancos, e os desprovidos, negros, e todos os argumentos habituais - mito da inferioridade racial, direito de dominação dos mais capazes - foram apresentados para justificar o sistema de dominação racial e seu reforço. (NKUMAH, 2018, p. 312).

Além disso, foi fundamental os arranjos diplomáticos estabelecidos entre os líderes das grandes potências europeias, a partir da Conferência de Berlim (1884/1885), que

inicialmente não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as “regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas (UZOIGWE, 2010, p 33).

Evidentemente, esse processo não se deu sem grande resistência dos povos africanos, que apesar de tenaz, não se constituiu numa oposição coordenada, sendo dessa maneira, incapaz de resistir a superioridade material e técnica europeia. Pela pena ou pela ponta da baioneta, estava pavimentado o caminho do imperialismo em África. Assim, com a consolidação da ocupação da quase totalidade do continente africano, deu-se a constituição de todo um aparato administrativo visando atender aos interesses coloniais. Nesse ponto específico, podem ser observadas certas distinções entre as formas com que as nações imperialistas impunham a sua institucionalidade. Seja em relação ao nível de preservação das formas jurídicas e administrativas anteriores (embora sujeitas na maior parte das vezes ao arcabouço jurídico administrativo europeu), seja na centralização ou descentralização administrativa, ou no grau de participação das elites assimiladas na burocracia local.

Importante observar que esse sistema colonial, embora aviltante sob a ótica dos povos subjugados, “fixou o quadro administrativo geral no qual o governo nacional devia inserir-se durante a primeira década da independência” (BETTS, 2010, p. 375). Apesar da empreitada imperialista apresentar diferenças pontuais, ao compararmos as estruturas coloniais francesas, inglesas, portuguesas, alemãs, belgas e italianas, a essência do projeto colonizador desses não era muito distinta. Tratavam-se de regimes fortemente autoritários, erigidos e mantidos de maneira brutal, onde os direitos naturais do homem, tão apregoados no iluminismo e nas revoluções burguesas que eclodiram na Europa, estavam longe de serem aplicados em solo africano.

2.2 A formação das resistências na literatura angolana

Para se compreender o processo de construção da literatura angolana é necessária uma análise de longa duração histórica, considerando o contexto de formação socioespacial angolana e de que maneira esta se refletiu na construção da literatura angolana. Conforme aponta Linhares (1981), o último quartel do século XIX representou para Portugal a recriação do seu império, onde o tratado de Berlim, marco das ambições imperialistas europeias sobre a África consolidou o domínio formal, frente às outras potências europeias, das suas tradicionais possessões coloniais no continente, e nos casos de Angola, e Moçambique, refletiu-se na interiorização dessa dominação, tornando esses dois territórios nas mais extensas colônias portuguesas em África.

O modelo de administração colonial empreendido por Portugal sobre suas colônias, determinou de forma significativa a estruturação da sociedade angolana, uma vez que esse tinha como base um modelo supremacista branco, com destribalização e posterior reordenação do sistema tribal sob chefias locais coniventes. Jaffa (1976, apud LINHARES, 1981, p.51) classificava esse tipo de modelo, como o de “colônia tribal”, caracterizado pela formação de assentamentos de colonos brancos, no combate ao tribalismo e posterior retribalização com objetivo de suprir os colonos de mão de obra barata, o que foi agudizado a partir da instituição do trabalho forçado, de 1878 à 1961.

No processo de interiorização da dominação colonial em Angola, procederam-se o combate às resistências tribais, a partir de “campanhas de pacificação”. Essa destruição das resistências autóctones se recrudesceu a partir de 1910, com a instituição da República em Portugal, que proporcionou maior autonomia da administração colonial angolana. O resultado dessas campanhas, além de ter destruído as autoridades tribais africanas no território angolano, “promoveu o estabelecimento de povoados controlados, mantendo as diferenças entre os grupos étnicos” (VISENTINI, 2012, p. 47-48). Soma-se a isso, o crescimento da presença de colonos portugueses no território angolano, número que subiu de 10 mil, no início do século XX, para 350 mil, na década de 1970 (VISENTINI, 2012, p. 48).

A conversão de Angola em colônia de povoamento promoveu, segundo Pepetela (2010), profundas mudanças na estrutura social local, uma vez que muitos desses colonos passaram a ocupar os melhores postos de trabalho na burocracia colonial portuguesa, antes legados a nascente classe média africana assimilada que viu-se com isso alijada dos melhores empregos e do status resultante destes. Essa exclusão teve também um caráter espacial, uma vez muitos assimilados passaram a ocupar as áreas

periféricas, o que resultou em uma concentração crescente de população branca nos principais centros urbanos.

Esse período foi marcado pela formação dos primeiros movimentos políticos no âmbito interno, resultante da relativa abertura política em Angola. Esses grupos porém, não reivindicavam o anticolonialismo, mas uma espécie de reformismo com a manutenção da situação colonial.

Diante desse contexto de fluxos e refluxos de autonomia local e repressão e controle metropolitano, as literaturas produzidas em Angola foram se construindo e assumindo-se paulatinamente como forças de resistência ao colonialismo. Dessa forma, considerando o grau de tomada de consciência do colonizado frente a situação de dominação e as mudanças tanto na estética quanto na temática resultantes desse processo, autores como Fanon (1965), Ferreira (1980), Bonnici (2000 apud SANTOS, 2007, p.1), Laranjeira (1995) convergem no sentido de considerar que a evolução das literaturas produzidas pelos povos colonizados, por extensão em Angola, se processou em diferentes etapas. Optou-se nesse artigo, utilizar a periodização contida em Santos (2007), pelo fato de ter uma significativa correspondência com as formulações de Frantz Fanon em relação à questão cultural dos povos colonizados. Oportunamente, o trabalho procederá às correspondências com as demais periodizações.

Na primeira etapa, que equivale ao que Pires Laranjeira (1995) denomina de *Incipiência*, se estende dos primórdios da ocupação portuguesa até 1849, a escassa literatura produzida lá pouco diferia da literatura metropolitana. Era a literatura produzida pelos representantes do poder colonizador (SANTOS, 2007), marcada pelo estado de alienação do escritor africano (FERREIRA, 1980, p. 42) e pelo apelo marcadamente nativista, uma literatura que

evidencia o ponto de vista do autor que aceita o estatuto colonialista ou quando não o aceita, ainda não conseguiu se livrar dele. Assim, a raiz do seu discurso literário, na essência, prende-se ao branco, ao colono, que é entendido como portador de valores culturais e civilizacionais superiores e se torna herói mítico num espaço em que o negro é reprimido, coisificado, embora lhe possa em certos casos conceder um estatuto paternalista (FERREIRA, 1980, p. 39).

A constituição dos mecanismos de resistência na literatura angolana ao final do século XIX caracterizaram o início do distanciamento dos padrões estético-temáticos eurocêntricos, onde ao antirracismo, que posteriormente agregaria-se o sentimento anticolonial, emergiram como as principais pautas da intelectualidade angolana. A formação da imprensa crioula luandense foi crucial na produção e circulação de ideias,

onde diversos autores da época denunciavam a subalternização do povo angolano, a intensa exploração da força de trabalho local, a Divisão Colonial do Trabalho a exemplo da situação dos contratados para São Tomé (FERNANDES, 1987 p.19), além do emprego de elementos de línguas nativas como o kikongo, kimbundu e umbundu. Porém, como aponta Pepetela (2010) contraditoriamente, uma parte significativa dessa intelectualidade apoiava as campanhas contra os reinos africanos do interior do território angolano. Estruturava-se, dessa forma, a segunda fase de desenvolvimento da literatura angolana, que compreende o período até 1948, marco temporal da criação do movimento *Vamos descobrir Angola*.

Durante o século XX, a ruptura se tornou ainda mais pronunciada, assumindo duas frentes: a partir da esfera local, com o movimento *Vamos descobrir Angola*, no final da década de 1940 e com a revista Mensagem, em 1950; e na esfera da metrópole, com a produção literária da Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Portugal, constituindo-se na fase que, conforme Fanon (1965), “o colonizado movimenta-se e procura recordar-se”.

Em relação a questão da recordação trazida por Fanon, o período republicano esgarçou as contradições do novo regime, pois apesar de ter se tornado ambiente favorável para surgimento dos movimentos políticos citados anteriormente, promoveu tamanha repressão aos veículos de comunicação a ponto de conforme Pepetela (2010) ter tornado a geração dos fins do século XIX praticamente desconhecida à geração de 1948, que teve que praticamente reiniciar o processo de ruptura.

A CEI, instituição criada para formar uma intelectualidade africana comprometida com a manutenção da ordem colonial, logo converteu-se em um importante catalisador da ruptura estética literária, onde promoveu-se a incorporação de elementos do *Black renaissance*, do Modernismo brasileiro, do movimento de negritude, do pan africanismo e das ideias políticas socialistas¹ que ecoaram nas colônias e proporcionaram relevante substrato ideológico para as lutas de libertação nacional a partir da década de 1960. Muitos desses estudantes, a exemplo de Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, dentre outros tornaram-se importantes quadros intelectuais nesse processo.

1 Ao analisarmos o desenvolvimento das ideias marxistas, nesse contexto, compreende-se a grande adesão da intelectualidade angolana. Desde o seu surgimento, o campo marxista tinha um claro posicionamento anticolonial. Karl Marx e Friedrich Engels, não raras vezes teciam severas críticas ao imperialismo britânico. Posteriormente, no início do século XX, Lênin, ao analisar o processo imperialista o colocou como um estágio superior do capitalismo monopolista. Em 1920, o II Congresso da III Internacional Comunista também conhecido como o Congresso de Baku dos Povos do Oriente, punha como principal diretriz a união, não somente da classe trabalhadora, mas também dos povos oprimidos do mundo. Aliado aos fatores citados, soma-se o comprometimento do campo socialista com a descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial.

2.3 O povo angolano em armas: a culminância da ruptura

A ascensão do regime fascista do Estado Novo português, também denominado Salazarismo (1926-1974) acabou por tornar ainda mais brutal a dominação colonial, com a reestruturação do aparato repressivo português, que teve na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) , sucedida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) sua principal expressão. Em relação a esse período, de acordo com Ervedosa (1992)

Os últimos anos da década de 50 e os primeiros da de 60 são caracterizados, em Luanda, por uma intensa agitação política fomentada pelo MPLA. As prisões enchem-se e o tribunal militar de Angola funciona pela primeira vez para julgar crimes políticos. Escritores angolanos, juntamente com o povo anônimo, passam pelas mesmas provações. (ERVEDOSA, 1992 p. 109).

O fato de ter estado sob um regime fascista, contribuiu para que Portugal se constituísse no que Linhares (1981, p. 96) chama “a última resistência do colonialismo”. Dessa forma, não somente em Angola, mas na maior parte das colônias portuguesas em África, essa ruptura também se deu a partir da via revolucionária. O conflito armado em Angola refletiu não só a grande contribuição do crescimento das ideias socialistas no pós-guerra, proporcionado pelo protagonismo soviético na vitória contra o fascismo na Segunda Guerra Mundial, cujo engajamento na descolonização², ao contrário das potências ocidentais³, se materializou em apoio logístico e militar para os movimentos anti-imperialistas, mas também de movimentos como o terceiro mundista que rejeitavam qualquer alinhamento direto com as políticas neocolonialistas empreendidas pelas potências ocidentais, constituindo no movimento dos não-alinhados.

A revolução angolana iniciou-se em 1961, tendo como ponto inicial a tentativa de invasão de prisões coloniais por membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), grupo fundado em 1956 e que logo se tornou um dos maiores movimentos de

2 Após ter traçado os mecanismos e as vias para a colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio do marxismo-leninismo, segundo o qual o mundo socialista deveria ajudar àqueles que aspirassem à descolonização (THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010, p 268).

3 No plano ideológico, conforme aponta Prashad (2019) a retórica dos países ocidentais vencedores da Segunda Guerra Mundial em descolar o fascismo do colonialismo, ao contrário do que Cesárie (Apud Prashad, 2019) em seu Discurso sobre o colonialismo, afirmava, quando os posicionava como aparentados; possibilitou a continuação da investida colonial em África e Ásia. Soma-se o fato dos EUA em sua política internacional tinha uma clara postura de estabelecimento de bases militares e aproveitamento de recursos estratégicos, o que necessitaria, para o pleno êxito desse plano, da manutenção da ordem colonial no continente Africano.

massa atuantes em Angola. O MPLA tinha o marxismo como base ideológica e era composto por pessoas de diferentes etnias e dentre os grupos atuantes nos movimentos de libertação nacional era o mais organizado e que possuía caráter mais urbano. (VISENTINI, 2012).

Dentre os movimentos que se formaram no contexto da luta armada, podemos destacar também a União das Populações de Angola (UPA), que posteriormente deu origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderado por Holden Roberto e que segundo Vesentini (2012, p.50), “utilizava a bandeira racial e declarava-se contra os brancos e portugueses”, além de ter o anticomunismo como norteador ideológico e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderado por Jonas Savimbi e que congregava entre suas fileiras, principalmente os grupos étnicos do sul do país. Apesar de ideologicamente se declarar maoísta, apostando na mobilização do campesinato, na prática sua ideologia era fluida, de acordo com o apoio internacional que recebia (VISENTINI, 2012).

Diante de uma falta de unidade operacional e tendo os movimentos de libertação assumindo diferentes posições ideológicas e tendo apoiadores internacionais com interesses distintos, considerando o contexto geopolítico da Guerra Fria, os confrontos entre esses grupos eram frequentes e confirmavam as posições irreconciliáveis entre eles.

3. A incorporação da violência revolucionária na literatura angolana

Em relação a produção literária em Angola, nesse período, escritores, em sua grande parte, vinculados ao MPLA, como Agostinho Neto, Rui de Matos, Costa Andrade, Antônio Cardoso, Garcia Bires, dentre outros constituam-se como representantes da chamada **literatura revolucionária**, onde, através principalmente da poesia expressavam os feitos e recuos da revolução, os sacrifícios realizados pelos mártires e toda a violência que perpassava esse processo. Isso tinha um claro objetivo de mobilizar a população em torno da causa revolucionária e manter o moral das forças revolucionárias elevada.

Algo que se constata nesse tipo de literatura é a presença da violência enquanto elemento fundamental para o atingimento do objetivo de libertação nacional e construção de uma nova realidade, de uma Angola livre da opressão e da violência do colonialismo português. Sobre a questão da violência Saint-Pierre (1999, p. 81), afirma que, a violência é um conceito complexo que envolve uma multiplicidade de situações, mas que em certos

contextos, como o da revolução, ele se constitui num meio legítimo e elemento que define o conflito político.

A presença da violência na literatura desse período pode ser notada na evocação de elementos simbólicos como o sangue derramado, os artefatos bélicos e na descrição dos combates. Vale ressaltar que o tema da violência propriamente dita, não é necessariamente uma novidade na literatura angolana, afinal, tanto a geração das últimas décadas do século XIX, quanto a geração de 1948, traziam a temática à tona. À crítica e a denúncia da violência do colonizador, soma-se, durante a revolução angolana, a violência do colonizado na luta contra a metrópole.

Além do caráter anticolonial presente no pensamento marxista anteriormente mencionado, a noção de violência no processo revolucionário, também se constitui numa importante temática. Frantz Fanon com seu livro *Os condenados da Terra* e em seus escritos psiquiátricos e políticos, vai proporcionar uma inovação nesse campo, ao trazer em seus estudos, a partir da sua experiência na militância dos movimentos de libertação nacional argelino, as consequências do empreendimento supremacista trazido pela situação colonial, toda a violência resultante desse processo e o quanto o colonialismo consequentemente promove uma série de sofrimentos psíquicos para o colonizado que, por outro lado, nutre um sentimento de revolta que inevitavelmente vai descambar em um violento processo de descolonização, já que para ele “Quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1965, posição 735)

Conforme Queiroz (2020), Para Fanon, A violência revolucionária é vista a partir de um duplo. Primeiramente, há a própria violência colonial, depois a violência do colonizado, que a partir da experiência da violência infligida pelo colonizador, percebe que a violência pode ser utilizada como uma forma de libertação. Com isso, o processo de descolonização, segundo Fanon (1965, posição 383) “permite adivinhar, através de todos os seus poros, as balas e os cutelos sangrentos. Porque se os últimos devem ser os primeiros, não o podem ser senão através de uma afronta decisiva e mortífera entre os dois protagonistas”. Apesar do processo de ruptura cultural ter se iniciado anteriormente é durante o conflito pela independência que esse se consolida, enquadrando-se perfeitamente naquilo que Fanon (1965) considera a terceira e última fase da evolução do intelectual colonizado a fase de luta, na qual o colonizado “transforma-se no que desperta o povo” (FANON, 1965, posição 2839), onde

No decorrer dessa fase, um grande número de homens e mulheres, que antes nunca pensaram em fazer uma obra literária, encontram-se agora em situações especiais, na prisão, na guerrilha ou em vésperas de serem executados, sentem a necessidade de expressar a sua nação, de compor a frase que exprima o povo, de se converterem em porta-vozes de uma nova realidade em ação (FANON, 1965, posição 2841).

Um notório exemplo desse contexto citado por Fanon, encontra-se no poema de Deolinda Rodrigues “Um 4 de fevereiro”. Escrito durante o cárcere que procedeu sua execução, tem como tema o início do levante em Angola, promovido pelo MPLA.

Um 4 de fevereiro

*A paralítica mesa de cela
Não está nua*

*No centro tem um emblema
O nosso emblema
E à volta da mesa
Três militantes MPLA*

*Sobe a bandeira verduga
E na cela
Três militantes
Rendem homenagem
Aos heróis anónimos dos
Maquis, das prisões da PIDE
Do exílio
Homenagem ao Cienfuegos
Reverência especial jovens
Mártires do Kamy
Êxito ao destacamento
De caminho do interior
Vitória ao povo angolano
Sob a bandeira do MPLA
Vitória ao Vietnam secular
A África e América Latina
Não há relógio
Expirado o minuto de sílabas
Três vozes provocadas (¿)
Lançam-se p´ra lá da cela
“com o povo heroico”
“Revolução angolas”
e o dinâmico “Da triste História”*



*Soam passos
MPLA, vitória ou Morte
Três punhos cerrados violam o ar da cela
MPLA, vitória ou morte
MPLA vitória ou morte (ERVEDOSA, 1992, p 111-112)*

No poema, são destacados os seguintes pontos: a organização do movimento revolucionário e a sua interiorização, evocando o Esquadrão Kamy e o destacamento Cienfuegos, subdivisões do MPLA que tiveram apoio logístico cubano. O nome Cienfuegos, remete a Camilo Cienfuegos, revolucionário cubano que, juntamente com Che Guevara e Fidel Castro, lideraram a revolução cubana. Ao trazer esses dois grupos, percebe-se um entrelaçamento entre o **eu**-lírico e a vida da autora, que participou de ambos, reforçando o caráter autobiográfico do poema.

A menção ao apoio cubano apresenta o contexto de Guerra Fria, que ocorria no momento do conflito, uma visão de esperança pela vitória dos movimentos de libertação, tanto em Angola e no restante do continente africano, quanto na Ásia, representada pelo Vietnã e na América Latina. Trazendo assim, os ideais socialistas de solidariedade entre os povos da periferia do sistema mundo na luta anticolonial e antirracista.

Muitos militantes acabaram morrendo nas prisões da PIDE, e essa expectativa da morte ecoa por todo o poema. O caráter de solenidade do momento que os militantes estão prestando suas homenagens sob o emblema do MPLA, contrapõe-se à solenidade do hasteamento da bandeira do colonizador, onde a utilização da palavra *verduga* indica a iminente execução dos prisioneiros. Os minutos das sílabas se expirando, os passos ao longe da cela em que estavam e os gritos de guerra no final do poema são indicativos desse derradeiro momento que os aguarda. A questão do martírio e do sacrifício, trazida por Deolinda em seus versos, encontra eco em Nicolau Spencer, com o seu *guerrilheiro*, em Costa Andrade, com *réquiem para um homem* e Rui de Matos com *Procuro um leão*.

Desse modo, constrói-se na poesia de combate o arquétipo do herói, do militante consciente do seu papel na construção da nação angolana, leal ao partido e disposto a luta e suas agruras, a possibilidade de martírio nas cadeias coloniais ou de tombar em batalha, daquele que se constituirá em um exemplo para os demais irmãos de armas que seguem o exemplo dos mártires e de maneira intransigente, defendem os ideais de liberdade trazidos pela revolução.

À medida que o movimento revolucionário se consolidava, a metrópole reagia com a ampliação da pressão militar, apoiada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nas frentes de combate, da repressão policial, com o encarceramento massivo de pessoas que tivessem qualquer vínculo com os grupos que estavam envolvidos na guerrilha e cerceamento das possibilidades de liberdade de expressão nos centros urbanos, a partir do fechamento dos meios de comunicação que eventualmente

apresentem ideias consideradas subversivas. Concomitantemente, a metrópole engajou-se não somente na propaganda pró-colonialista, mas no fomento a uma literatura que, segundo Ervedosa (1992, p. 117) é de pouca expressão, eurocentrada e tem no exotismo seu eixo temático. Esse aumento da repressão não esmoreceu a luta pela independência, muito pelo contrário, uma vez que

A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados, fazem com que, por uma justa inversão das coisas, o colonizado os escarneça quando se evocam na sua presença esses valores. No contexto colonial, o colono não se detém no seu trabalho de desancar com violência o colonizado, mesmo quando este último reconheceu em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos. No período de descolonização, a massa colonizada escarnece desses mesmos valores, insulta-os, vomita-os com todas as suas forças. (FANON, 1965, posição 760).

A análise concreta do contexto angolano em sua agitação política pré-revolução não oferecia possibilidade emancipatória que não fosse pela via armada e a questão da violência como algo incontornável para se alcançar a libertação plena da nação angolana é bem marcada nos versos de Hélder Neto: NÃO CHOREMOS POIS OS MORTOS (Sobre a terra que te cobre/ Camarada / Não deitaremos prantos / Nem flores / A libertação da pátria necessita de sangue (...)) / (ERVEDOSA, 1992 p. 113)

Com Agostinho Neto, principal liderança do MPLA, à violência, evocada na ambientação posterior a um confronto armado, mescla-se o caráter tenaz do povo angolano, que mesmo diante dos revezes enfrentados, consegue se reerguer e novamente lança-se diante do inimigo, em um ciclo prolongado de violência, enunciada pela sucessão de ondas, até que seja obtida o derradeiro triunfo.

*Violência
vozes de aço ao sol
incendeiam a paisagem já quente*

*E os sonhos
se desfazem
contra uma muralha de baionetas*

*Nova onda se levanta
e os anseios se desfazem
sobre corpos insepultos*

*E nova onda se levante para a luta
e ainda outra e outra
até que da violência
apenas reste o nosso perdão (ERVEDOSA, 1992, p.116)*

Os confrontos armados entre colônia e metrópole se acirraram, arrastando-se durante a década de 1960 só encontrando seu encerramento na década seguinte, onde o desgaste provocado pelo conflito prolongado e pelo descontentamento de setores da sociedade portuguesa, em especial os militares, com o regime Salazarista, culminaram na Revolução dos Cravos, em 1974. O comprometimento do novo governo português em cessar as hostilidades e reconhecer a independência de todas as suas colônias foi uma das consequências imediatas desse processo e, no caso de Angola, isso ocorreu oficialmente em 11 de novembro de 1975.

Com milhares de perdas humanas⁴, a economia e infraestrutura arrasadas, somada a reduzida quantidade de quadros técnicos para executar o processo de reconstrução, o governo estabelecido pelo MPLA encontrou sérias dificuldades e suas disputas internas, principalmente a partir da prevalência do revisionismo no seio do movimento, que desagradou os setores mais à esquerda que ansiavam aprofundar a revolução, a prática de política econômica de austeridade levada a cabo pelo recém formado governo, a falta de um controle sobre a totalidade do território angolano e as crescentes ameaças reacionárias, não possibilitaram a formação plena de um projeto socialista no país. Como agravante, pouco depois, o jovem país mergulhou numa prolongada e sangrenta guerra civil. Sobre isso, Manoel (2019) argumenta que

Das antigas colônias portuguesas em África, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau nunca conseguiram planificar sua economia e tentar uma estratégia de desenvolvimento socialista. Depois da independência, seguiram-se anos de “guerra civil” fomentada pelo imperialismo estadunidense e enfrentamento ao subimperialismo da África do Sul. Quando finalmente, essas guerras “civis” acabaram ou tiveram uma trégua, o campo socialista e o movimento terceiro mundista já estavam mortos, a correlação de forças a nível internacional estava mais desfavorável às lutas anti-imperialistas, a contrarrevolução triunfava e os grandes líderes todos já mortos e seus partidos, antes operadores políticos revolucionários e anticoloniais tornaram-se gestores do subdesenvolvimento e da dependência. (MANOEL, 2019, p 52-53, grifos do autor).

Mesmo com o não estabelecimento do projeto utópico idealizado pelo MPLA, algo que futuramente gerou grande frustração entre a intelectualidade politicamente engajada no movimento de libertação nacional, estava consolidado o processo de ruptura da literatura angolana, tendo como marco histórico, a fundação, em 1975, da União dos Escritores Angolanos (UEA), importante instituição que teve fundamental contribuição

4 Calcula-se em 50 mil os mortos africanos, no mesmo período e os angolanos refugiados no Zaire chegaram a 300 mil. As perdas portuguesas foram estimadas em 2.000 nessa fase de rebelião (LINHARES, 1981. p 102)

para o desenvolvimento da literatura angolana e para o resgate da produção literária do período colonial.

Considerações finais

O artigo apresentado teve como objetivo central responder ao seguinte problema de pesquisa: quais fatores estão associados à incorporação da noção de violência revolucionária na produção literária angolana no período da luta armada de libertação nacional? Acreditamos que os objetivos de pesquisa foram cumpridos, à medida que a análise do contexto histórico de dominação colonial, e seus efeitos nas diversas instancias da sociedade local constatou que dominação portuguesa foi paulatinamente denunciada pela intelectualidade angolana, expressando a resistência ao colonialismo na literatura .

A literatura angolana se consolidou após uma longa ruptura, iniciada com o movimento *Vamos descobrir Angola*, em 1948, culminando com a literatura de guerrilha nas décadas de 1960 e 1970. Os exemplos contidos no desenvolvimento desse artigo mostram que, esse posicionamento político que encaminhou à ruptura da literatura angolana trouxe a violência como um tema central, inicialmente num sentido de denúncia de violência do colonizador, posteriormente incorporando a violência do colonizado, em contraposição ao regime fascista português que ferrenhamente buscava manter suas colônias.

Compreender o período de produção literária durante a luta armada de libertação nacional é crucial para entender o papel social que os escritores politicamente comprometidos com a luta armada exerciam ao reverberar para o mundo a desigual luta contra a metrópole, fomentar junto a população os ideais socialistas e combater o discurso colonialista que escamoteava os anseios do povo angolano.

A violência empreendida pelo colonialismo e o inevitável acerto de contas com esse passado de iniquidades a partir da violência revolucionária levada a cabo pelo colonizado, único caminho para a promoção dessa ruptura, assume um caráter de transversalidade, uma vez que é inescapável para o escritor africano que, apesar de ter absorvido todo um conjunto de crenças e valores ocidentais que a metrópole impunha, com o objetivo de perpetuar sua lógica de dominação, se volta contra ela, busca outras referências, redescobre o povo e se enxerga como parte dele e toma para si suas angústias e esperanças. Nas fileiras da guerrilha ou nas prisões coloniais compreende que não há outro caminho, que para que um novo mundo tome forma, é necessário

romper com os grilhões da velha ordem e a violência assume um importante papel na construção de um projeto genuinamente emancipatório.

Referências

BARROS, Douglas R. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica a metafísica racial. Hedra: São Paulo, 2019.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. *In*: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 352 – 375

ERVEDOSA, Carlos. A década de 60. Literatura e guerrilha. *In*: _____.(Org.). **Roteiro da literatura angolana**. 4.ed. Luanda: União dos escritores angolanos, 1992, p. 107-118.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.

FERNANDES, Mário António. A formação da Literatura angolana (1851-1950). **Revista ICALP**, vol. 10, p. 51-79, dez. 1987.

FERREIRA, Manuel. Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, [S.l.], vol. 2, nº 3, p. 39-47, jun. 1980.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. vol. 64, Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p.36-43.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANOEL, Jones. A luta de classes pela memória: raça, classe e revolução africana. *In*: _____; FAZZIO, Gabriel Landi (Org.). **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 13-59.

NKRUMAH, Kwame. Luta de classes na África. *In*: _____.(Org.). **Escritos**. 2. ed. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2018. p. 303-368.

PRASHAD, Vijay. **Estrela Vermelha: sobre o terceiro mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

QUEIROZ, Marcos. Fanon e a violência revolucionária. **Jacobin**, 20 de jul.

2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/07/fanon-e-a-violencia-revolucionaria/>.

Acesso em: 1 jul. 2021.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 51 – 72.

PEPETELA. Algumas questões sobre a literatura angolana. **UEA**, 2010. Disponível em <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/122-algumas-questoes-sobre-a-literatura-angolana>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SANTOS, Donizeth Aparecido dos. Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975. **Publicatio Uepg**: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, vol. 15, nº 1, p. 31-42, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/574/573>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James; WONDJI, Christophe. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A e WONDJI, Christophe (Org.). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 965-1001.

UZOIGWE Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.21-50.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: UNESP, 2012.

Recebido em: 11/08/2022

Aceito em: 21/09/2022

Para citar este texto (ABNT): SANTOS, Jeferson Sousa; TIMBANE, Alexandre António. Poesia e violência revolucionária no contexto da luta armada de libertação nacional angolana (1961-1974). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial, p.516-532, 2022.

Para citar este texto (APA): Santos, Jeferson Sousa; Timbane, Alexandre António (2022). Poesia e violência revolucionária no contexto da luta armada de libertação nacional angolana (1961-1974). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial): 516-532.